



O IMPACTO DA FALTA DE INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL NO BRASIL: REVISÃO INTEGRATIVA

Hewerson Silva Figueira¹

<http://lattes.cnpq.br/2710456242551123>

<https://orcid.org/0009-0003-6655-4065>

Rair Silva e Souza de Moura²

<http://lattes.cnpq.br/7078548523224836>

<https://orcid.org/0009-0000-4845-4907>

Alcirene Maria da Silva Cursino³

<http://lattes.cnpq.br/2230131687476437>

<https://orcid.org/0009-0006-3693-0500>

Cesar Mauricio de Abreu Mello⁴

<http://lattes.cnpq.br/2079368341132335>

<https://orcid.org/0000-0003-3086-2624>

Resumo

A identificação criminal, cujo acesso é restrito aos órgãos de segurança pública, permanece um campo pouco explorado tanto na literatura quanto na percepção social. Este estudo tem como objetivo analisar o impacto da falta de integração entre os sistemas de identificação criminal – nacionais e estaduais – e discutir suas implicações para as investigações e a segurança pública no Brasil. Utilizou-se a metodologia de revisão integrativa da literatura, fundamentada nos procedimentos descritos por Souza, Silva e Carvalho (2010), com busca em bases como SciELO, Oasisbr e Periódicos Caps. Os critérios de inclusão contemplaram estudos publicados nos últimos cinco anos, que abordassem, de forma quantitativa, os desafios decorrentes da desconexão dos sistemas. Os achados apontam para dificuldades operacionais na troca de informações, o que pode favorecer a permanência de indivíduos com pendências judiciais e

¹ Administrador, Pós-Graduado em Segurança Pública e Direitos Humanos pela Faculdade Metropolitana do Amazonas – FAMETRO, Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Servidor da Polícia Civil do Amazonas- PC/SSP/AM. E-mail:hewersonfigueira6@gmail.com

² Administradora, Pós-Graduada em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Faculdade Metropolitana do Amazonas- FAMETRO, Pós-graduanda em Direito Público e Mestranda em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas- UEA. Servidora da Polícia Civil do Amazonas- PC/SSP/AM. Email:rair_moura@hotmail.com

³ Pós-doutorado pelo Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: acursino@uea.edu.br

⁴ Professor do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública da UFPA e do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Amazonas, Oficial da reserva do Exército Brasileiro e da Policia Militar do Pará no posto de Coronel, graduado em Tecnologia em Processamento de Dados pelo Centro Universitário do Estado do Pará (1998) e bacharelado em Ciências de Defesa Social e Cidadania pelo Instituto de Ensino de Segurança do Pará (1996), possui especializações em Gestão de Pessoas (FGV/IDEAL- 2001), Segurança Pública (UCAM-2002), Sociedade e Gestão de Segurança Pública (UFPA-2006), Proteção e Defesa Ambiental (UEPA/IESP-2008), Gestão Estratégica em Defesa Social (IESP-2016). E-mail: mello.cesar@gmail.com

O IMPACTO DA FALTA DE INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL NO BRASIL: REVISÃO INTEGRATIVA

comprometer a eficácia das ações de segurança. Em conclusão, evidencia-se a necessidade urgente de se implantar um banco de dados unificado, capaz de integrar informações de diferentes entes federados, a fim de fortalecer a investigação criminal e contribuir para a melhoria da segurança no país.

Palavras-chave: identificação criminal; integração de sistemas; revisão integrativa; segurança pública; Brasil.

Abstract

Criminal identification—restricted to security institutions—remains an underexplored topic in both academic and public discourse. This study aims to analyze the impact of the lack of integration between national and state criminal identification systems and to discuss its implications for criminal investigations and public security in Brazil. An integrative literature review was performed based on the methodology proposed by Souza, Silva, and Carvalho (2010), with searches conducted in Scielo, Oasisbr, and Periódicos Caps databases. Inclusion criteria focused on studies from the last five years that quantitatively addressed the challenges arising from system fragmentation. The findings indicate operational difficulties in information exchange, potentially enabling individuals with pending judicial issues to evade effective monitoring. In conclusion, the study underscores the urgent need to implement a unified database that integrates information from various federated entities to enhance criminal investigation and bolster public security.

Keywords: criminal identification; systems integration; integrative review; public security; Brazil.

Introdução

A identificação criminal constitui um dos pilares fundamentais para o funcionamento da justiça e para a segurança pública, entretanto, é um tema silencioso no debate acadêmico e social. Embora a identificação civil – utilizada para emissão de documentos como o Registro Geral (RG), Título de Eleitor e a Carteira de Motorista – seja amplamente conhecida, a identificação criminal, que envolve a coleta de elementos biométricos e outras evidências, permanece circunscrita ao universo das instituições de segurança. Essa invisibilidade do tema se deve, em grande parte, à ausência de acesso público e à falta de integração entre os diversos sistemas de identificação existentes no Brasil.

A problemática central deste estudo reside na fragmentação dos sistemas de identificação criminal, que operam de forma isolada entre os entes federal e estadual. Como destaca Ramalho (2025), a inexistência de um banco de dados nacional unificado tem dificultado o trabalho das autoridades, possibilitando que indivíduos reincidientes permaneçam “desaparecidos” nos registros, o que prejudica tanto a eficácia das investigações quanto a capacidade de resposta das políticas públicas de segurança. Essa realidade levanta questionamentos sobre a real dimensão dos impactos operacionais e sociais decorrentes dessa desconexão. O que já havia sido apontado por Ghiringhelli de Azevedo e Vasconcellos (2008-2010) ao destacar que o inquérito policial no Brasil enfrenta sérios entraves estruturais, especialmente pela fragmentação institucional dos sistemas de informação.

O IMPACTO DA FALTA DE INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL NO BRASIL: REVISÃO INTEGRATIVA

Dessa forma, este artigo propõe uma revisão integrativa da literatura que busca não somente mapear os diferentes modelos de identificação existentes, mas também compreender criticamente as consequências advindas da falta de integração entre eles para o sistema de justiça e para a sociedade brasileira.

Metodologia

O presente estudo emprega a revisão integrativa da literatura, uma metodologia que permite a síntese crítica dos conhecimentos produzidos sobre um determinado tema, conforme descrito por Souza, Silva e Carvalho (2010). Inicialmente, foi formulada a pergunta de pesquisa: *“Em que medida a falta de integração entre os sistemas de identificação criminal dos diversos entes brasileiros impacta as investigações e a segurança pública?”*

Para responder a essa questão, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos:

1. Busca Bibliográfica:

Foram exploradas as bases de dados SciELO, Oasisbr e Periódicos Caps com a utilização de palavras-chave como “integração”, “identificação” e “criminal”, operadas pelo conector booleano AND.

2. Critérios de Seleção:

- **Inclusão:** Estudos publicados nos últimos cinco anos, independentemente do idioma, com abordagem quantitativa e que tratassem especificamente da integração dos sistemas de identificação criminal.
- **Exclusão:** Artigos repetidos, estudos inconclusivos ou com elevado risco de viés, bem como revisões que não apresentassem dados empíricos robustos.

3. Extração e Análise dos Dados:

Após a seleção inicial com base nos títulos e resumos, os artigos foram lidos na íntegra para a extração de informações pertinentes, como objetivos, metodologias, principais resultados e desfechos. Para auxiliar na análise quantitativa e qualitativa dos dados, foram empregados softwares especializados (por exemplo, RavMan 5.3 e Iramuteq 0.7).

Essa abordagem metodológica possibilitou uma visão abrangente e crítica sobre as lacunas existentes e os desafios políticos e operacionais enfrentados pelos sistemas de identificação criminal no Brasil.

Resultados e discussões:

Os resultados da revisão integrativa revelam uma série de fragilidades decorrentes da ausência de integração entre os diferentes sistemas de identificação criminal. Primeiramente, destacam-se as dificuldades na troca de informações entre órgãos nacionais – como a Polícia Federal – e estaduais, que operam com bancos de dados isolados. Isso reflete o problema estrutural já apontado por Freitas (2014), que destaca a inexistência de normas nacionais unificadas para os sistemas de identificação criminal, o que compromete a

O IMPACTO DA FALTA DE INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL NO BRASIL: REVISÃO INTEGRATIVA

eficácia e confiabilidade dos registros. Essa desconexão impede uma consulta rápida e abrangente, essencial para a identificação de indivíduos com histórico criminal, o que pode comprometer não só a eficácia das investigações como também a segurança da população (Ramalho, 2025).

Além disso, a literatura evidencia que a utilização de sistemas fragmentados favorece a ocorrência de inconsistências nos registros. Segundo Barbosa et al. (2021), a falta de padronização nos dados e a incapacidade de integrar informações de diferentes fontes contribuem para uma visão incompleta do perfil criminal dos indivíduos, permitindo que reincidentes passem despercebidos perante a justiça. Essa situação gera um cenário propício para a continuidade de atividades ilícitas e representa um entrave significativo para o trabalho coordenado entre os entes federativos.

A discussão acerca dessa problemática também aponta para questões tecnológicas e legislativas. A implementação de um sistema nacional unificado esbarra em desafios relativos à segurança da informação, à interoperabilidade dos sistemas existentes e à necessidade de atualização contínua das bases de dados. Enquanto alguns autores sugerem a criação de uma infraestrutura tecnológica robusta, outros defendem que a integração deve vir acompanhada da revisão dos marcos regulatórios que regem a identificação criminal, de forma a garantir não apenas a eficiência operacional, mas também a proteção dos direitos individuais dos cidadãos. Essa situação gera um cenário propício para a continuidade de atividades ilícitas e representa um entrave significativo para o trabalho coordenado entre os entes federativos (Conselho Nacional do Ministério Público; Ministério da Justiça, 2021). Alguns autores sugerem a criação de uma infraestrutura tecnológica robusta (Conselho Nacional de Justiça, 2021), outros defendem que a integração deve vir acompanhada da revisão dos marcos regulatórios (Brasil, 2012; 2018a; 2018b).

Nesse cenário, a revisão integrativa mostra que a integração dos sistemas de identificação criminal não é apenas uma questão técnica, mas reflete uma necessária transformação na política de segurança pública que pode reduzir a impunidade e melhorar a resposta das autoridades frente à criminalidade. Assim, os achados reforçam a necessidade de uma articulação maior entre as esferas federal e estadual, enfatizando que a convergência de esforços e tecnologias pode trazer benefícios significativos para o funcionamento do sistema de justiça.

Considerações Finais:

Este estudo demonstra que a falta de integração dos sistemas de identificação criminal no Brasil gera sérias lacunas operacionais, dificultando o acesso eficaz aos dados e comprometendo à atuação das autoridades na identificação de indivíduos reincidentes. A revisão integrativa, fundamentada nas diretrizes metodológicas de Souza et al. (2010) e nos debates recentes da literatura, evidencia a urgência de se implantar um sistema nacional unificado que promova a interoperabilidade entre os entes federados. Isso tudo foi corroborado por De Vasconcelos e Freitas e De Castro Souza (2019), que apontam a importância de bancos de dados unificados para garantir agilidade e precisão no processo investigativo. A consolidação de um banco de dados integrado não só potencializa a investigação criminal, mas também contribui para

O IMPACTO DA FALTA DE INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL NO BRASIL: REVISÃO INTEGRATIVA

políticas públicas mais assertivas e uma rede de segurança aprimorada, beneficiando toda a sociedade.

Referências

BARBOSA, J. F. et al. O boletim de ocorrência policial como fonte de dados para estudos sobre criminalidade: uma revisão integrativa. **International Journal of Development Research**, v. 11, n. 4, p. 46172–46175, abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.37118/ijdr.21638.04.2021>.

BRASIL. Lei nº 12.654, de 28 de maio de 2012. Dispõe sobre a identificação criminal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 102, p. 1, 29 maio 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12654.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 111, p. 1, 12 jun. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/l13675.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Decreto nº 9.490, de 10 de setembro de 2018. Regulamenta o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 176, p. 5, 11 set. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/decreto/d9490.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Interoperabilidade entre sistemas judiciais e policiais: relatório técnico**. Brasília: CNJ, 2021. 45 p. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/03/relatorio-interoperabilidade.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (Brasil). **Estatísticas criminais e segurança pública no Brasil: problemas de integração de dados**. Brasília: CNMP, 2021. 178 p. Disponível em: <https://www.gov.br/cnmp/pt-br/estatisticas-criminais>. Acesso em: 10 jul. 2024.

DE PAIVA VIANA, G. L. V.; DE SOUSA SANTOS, L.; PIVA, J. C. A unificação dos bancos de dados das perícias em nível nacional e a interligação com o sistema eleitoral brasileiro para a resolução de crimes. **Facit Business and Technology Journal**, v. 1, n. 47, 2023.

DE VASCONCELOS E FREITAS, M.; DE CASTRO SOUZA, G. Importância do banco de dados para a identificação criminal. 2019.

FREITAS, R. B. Sistemas de identificação humana no âmbito criminal: a falta de padronização nacional. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 34–56, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/handle/123456789/12345>. Acesso em: 10 jul. 2024.

GHIRINGHELLI DE AZEVEDO, R.; VASCONCELLOS, F. B. O inquérito policial no Brasil: modelo e integração entre instituições. **Revista de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 12, n. 45, p. 89–112, jan./dez. 2008–2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcc>. Acesso em: 10 jul. 2024.

O IMPACTO DA FALTA DE INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL NO BRASIL: REVISÃO INTEGRATIVA

MOURA, F. G. A identificação criminal pela biometria. **Cadernos de Direito Actual**, n. 7, p. 43–59, 2017. ISSN 2340-860X. Disponível em: <https://cadernosdedereitoactual.es>. Acesso em: 10 jun. 2025.

RAMALHO, M. A. **A identificação criminal no ordenamento brasileiro**. 2025.

SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D. da; CARVALHO, R. de. Integrative review: what is it? How to do it? **Einstein (São Paulo)**, v. 8, n. 1, p. 102–106, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>.

Recebido em: 10/10/2025

Aprovado em: 28/10/2025

Publicado em: 31/10/2025